

Governo japonês não vai interferir nos repasses"

por David Friedlander
de São Paulo

Considerado pelo governo brasileiro "o melhor da história do País", o acordo sobre a dívida externa fechado quarta-feira com os credores internacionais não deve ser suficiente para estimular novos empréstimos de bancos japoneses para o Brasil.

Essa opinião foi manifestada ontem, em São Paulo, por Mamoru Fukuoka, presidente da Japan External Trade Organization (Jetro), órgão oficial do governo japonês, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio Exterior daquele país.

"Nesse acordo o Brasil obteve o refinanciamento de sua dívida externa, portanto, não vai pagar nada novo a seus credores", disse o funcionário do governo japonês. Ele entende, também, que a visita ao Japão do ministro da Fazenda, Mallson da Nóbrega, marcada para o início do mês que vem, para tratar entre outras coisas do empréstio-ponte para o País não deverá ter resultados práticos.

E que embora o governo japonês seja simpático ao ministro da Fazenda brasileiro, considerado um funcionário sério e competente, a mesma opinião não é dispensada ao governo brasileiro — cuja política econômica vem sofrendo constantes mudanças. O presidente da Jetro disse que essa visita talvez fosse mais produtiva, se contasse com

a presença do presidente José Sarney. Isso traria, na sua opinião, uma segurança um pouco maior de que eventuais acordos fossem mais tarde cumpridos.

PLANO NAKASONE

Fukuoka esclareceu, também, que o destino dos US\$ 20 bilhões do Plano Nakasone (programa de empréstimos conjunto entre a iniciativa privada e o governo japonês, para países do Terceiro Mundo) não depende do governo de seu país. As prioridades desses financiamentos serão definidas pelos bancos multilaterais encarregados pelo Japão, de repassar os recursos desse programa. "O governo japonês vai acompanhar tecnicamente os projetos que forem chegando, mas não vai interferir nos repasses", afirmou.

O presidente da Jetro afirmou ter lido num jornal de seu país que perto de 90% dos recursos do programa já estariam comprometidos, mas disse não ter recebido nenhum comunicado oficial a respeito. Quanto a recentes manifestações do governo brasileiro, informando que haveria uma parcela do dinheiro do programa assegurada ao País, Fukuoka disse que na verdade isso ainda não está definido. "Talvez eles pretendessem dizer quanto esperavam receber do programa", observou, acrescentando que dos cerca de vinte projetos enviados pelo Brasil ao Japão, a maior parte partiu do governo de Minas Gerais.